

ATIVIDADES CURRICULARES

ATIVIDADES CURRICULARES

A presente secção da REVISTA tem por fim divulgar as iniciativas adotadas pelos diversos professores, nas suas respectivas cátedras, com o objetivo da melhoria do rendimento do ensino e aproveitamento dos alunos. São inovações que a prática do ensino justifica e que os lentes põem em vigor, merecendo assim que se lhes dê o devido destaque.

Desta vez divulgaremos, nas páginas a seguir, as que foram levadas a efeito nas cátedras de Direito do Trabalho, de Introdução à Ciência do Direito e de Economia Política, sob a orientação dos professores respectivos, drs. Aderbal Freire, Heribaldo Costa e Magdaleno Girão Barroso, e, nas duas primeiras, com a colaboração dos respectivos assistentes, drs. Antônio Alves de Araújo e Paulo Bonavides.

NA CÁTEDRA DE DIREITO DO TRABALHO

Do programa de Direito do Trabalho, da 5ª série, do curso de bacharelado, constam, além das aulas teóricas e práticas e de outras atividades (visitas a instituições e órgãos de natureza trabalhista, biblioteca e museu de Direito do Trabalho, consultório jurídico-trabalhista), duas que se salientam pelo seu sentido inovador: o Concurso Oliveira Viana e o Serviço de Assistência Jurídico-Trabalhista a Operários.

CONCURSO OLIVEIRA VIANA

O Concurso Oliveira Viana, assim chamado em homenagem ao grande impulsionador do nosso Direito do Trabalho e sistematizador da nossa legislação sindical, visa a estimular os estu-

dos de caráter doutrinário do mais novo ramo da ciência jurídica e tem caráter obrigatório. Consiste na apresentação, por cada um dos bacharelados, de uma tese sobre tema de Direito do Trabalho, de livre escolha do aluno.

As teses apresentadas ao Concurso passam por duas fases eliminatórias de julgamento, em que tomam parte, como julgadores, os próprios concorrentes, para o fim de serem selecionados os melhores trabalhos para a fase final, que é a sua defesa oral, nos moldes dos concursos para professores.

Foi instituído em 1951 e, daí para cá, vem alcançando êxito que excede tôdas as expectativas.

No corrente ano, foram apresentadas trinta e cinco teses, das quais quinze foram eliminadas na primeira fase do julgamento e oito, na segunda. Os doze alunos classificados para a fase final do julgamento submeteram-se à arguição, que é feita por dois outros concorrentes e pelo professor da cadeira ou seu assistente.

Foram premiados, no corrente ano, os seguintes alunos: 1º lugar — Sílvio Brás Peixoto da Silva, com a tese "Das Primeiras Associações Profissionais ao Sindicato"; 2º lugar — Roberto Xavier de Oliveira — "Definição do Contrato de Trabalho"; 3º lugar — José Sérgio Távora de Castro — "O Sindicato"; menções honrosas: Germano Carvalho Rocha — "Regulamento de Empresa", Vasco Damasceno Weyne — "Origens Históricas, Teóricas e Formais do Direito do Trabalho", e Paulo Aguiar Frota — "Trabalho e Aprendizagem do Comerciário Menor".

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICO-TRABALHISTA A OPERÁRIOS

O Serviço de Assistência Jurídico-Trabalhista a Operários consiste na frequência permanente dos bacharelados aos tribunais trabalhistas, especialmente à Junta de Conciliação e Julgamento, possibilitando aos futuros advogados o contacto direto com a parte dinâmica do Direito, familiarizando-os com a prática judiciária e dando-lhes consciência dos pesados ônus e responsabilidades do profissional da advocacia. Esse "Serviço" tem funcionado regularmente, sempre sob a orientação, inclusive durante

as audiências, do assistente da cadeira. Para contornar as naturais dificuldades que apresentam serviços dessa natureza, para os quais não se pode contar com a participação de todos os alunos, que, na sua maioria, exercem atividades privadas durante o turno da tarde, foi a turma dividida em seis grupos. Um aluno de cada grupo se obriga a comparecer à Junta de Conciliação e Julgamento, pelo menos um dia na semana, para, então, receber as reclamações que forem propostas e funcionar em audiências. Recebido o caso por esse aluno, o seu grupo, sob a orientação do assistente, os estudará, debaterá, preparará a defesa e traçará o rumo da instrução do feito. Dessa forma, os demais alunos, que estão impossibilitados de comparecer à Junta, tomam parte no caso por via dos debates e estudos feitos em aulas.

No corrente ano, o Serviço de Assistência Jurídico-Trabalhista a Operários patrocinou cerca de três dezenas de reclamantes perante a Junta de Conciliação e Julgamento, acompanhando os seus casos até o julgamento final.

Essa iniciativa do professor Aderbal Freire já tem produzido bons resultados e está fadada a alcançar completo êxito, especialmente, tendo-se em vista que já se cogita de exigir do novo advogado o estágio de dois anos em escritório de advocacia para obter inscrição na Ordem dos Advogados.

Seria de toda conveniência, porém, que, ao invés de ser essa atividade escolar mantida e dirigida exclusivamente por um professor, a Faculdade chamasse a si esse encargo e organizasse um escritório modelo, que possibilitasse aos alunos o exercício da advocacia, não só perante a Justiça do Trabalho, mas também perante a Justiça comum, uma vez que a Lei n. 1060, de 5 de fevereiro de 1950, permite que os acadêmicos de Direito, a partir da 4ª série, sejam indicados pela assistência judiciária, mantida pelo Estado, e pelo juiz, para patrocinar causas de necessitados.

NA CÁTEDRA DE INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO

Sobre as atividades curriculares especiais dessa cátedra, transcrevemos abaixo o relatório apresentado pelo assisten-

te, dr. Paulo Bonavides, supervisionado pelo prof. catedrático, dr. Heribaldo Costa:

"Concentramos todo o nosso esforço no sentido de dinamizar o estudo da disciplina em aprêço, que é sabidamente essencial ao estudante pelas primeiras noções, que lhe comunica, da ciência jurídica, despertando-lhe o gosto por essa matéria e abrindo os horizontes de uma formação cultural que se há-de aprimorar nos anos subseqüentes.

Voltando, pois, a nossa atenção para trabalhos de natureza objetiva, destinados a exercitar e iniciar os nossos alunos no campo da pesquisa científica, levamos a efeito numerosos seminários de estudos, que passamos a arrolar na discriminação que vai contida linhas abaixo.

TRABALHOS DOS ALUNOS:

- I — Introdução à Ciência do Direito — Alunos: João Belmino, Teresa Araújo Moura e José Afrânio Vidal.*
- II — Ciência do Direito — Alunos: Maria Verônica Bezerra, Valdomiro Távora e Manuel Alves do Vale.*
- III — Método da Filosofia do Direito — Aluno: César Cardoso Ferreira.*
- IV — Fatos Sociais e sua Classificação — Alunos: Manuel Aguiar de Arruda, Maurício Congué Amaral e Otávio Bezerra.*
- V — Conceito do Direito — Direito Objetivo — Direito Subjetivo — Alunos: José Martins de Jesus, Francisco Ari Castelo e José Alberto Rôla.*
- VI — Elementos Racionais Experimentais e Técnicos do Direito — Alunos: Rubem Amaral Júnior e Sílvio Leite Campos.*
- VII — Psicologia do Direito — Aluno: Odalves Lima.*
- VIII — O Problema do Método na Filosofia do Direito — Aluna: Branca da S. Maia.*
- IX — Totemismo e sua importância — Aluno: Luciano Gaspar.*

- X — Notas de Djacir Menezes — *Aluno: Wladir Menezes.*
- XI — A importância da Introdução à Ciência do Direito, história de sua inclusão no curso jurídico — *Alunos: Teresa Araújo Moura, Afrânio Vidal e José Belmino.*
- XII — Ligações do Direito com a Sociologia — *Aluno: Luís Cartaxo.*
- XIII — Direito Público e Direito Privado — *Aluno Horácio Cunha.*
- XIV — A Lei — Santo Tomás de Aquino — *Aluno: Joaquim Burlamaqui.*

Esses trabalhos, apresentados depois em aula, eram previamente objeto de exaustiva pesquisa, sob nossa orientação, por parte dos alunos incumbidos de realizá-la.

Os resultados foram indiscutivelmente satisfatórios, visto que, sobre permitirem ao nosso estudante desenvolver o poder de iniciativa e a capacidade de consulta, com acesso, por conseguinte, às boas fontes bibliográficas, deram-lhe o não menos importante ensejo de aprofundar conhecimentos em matéria de capital importância no programa da cadeira, como há-de concluir V. Magnificência da discriminação dos assuntos que se fizeram objeto dos proveitosos debates levados a cabo nos seminários da cadeira.

Foi fundamental para o bom desempenho dos trabalhos a cooperação do Professor Catedrático, Dr. Heribaldo Dias da Costa, que cercou sempre de todo apoio as iniciativas do Assistente e deu, com as luzes de sua proficiente experiência pedagógica, sugestões valiosíssimas para a prática dos seminários.

Não temos dúvida em afirmar que os alunos da cadeira de "Introdução" foram efetivamente beneficiados com os exercícios da parte aplicada, de pesquisa científica, mediante elaboração de trabalhos em que puderam patentear as suas aptidões para a investigação séria e proba, nos seminários de estudos, a que deram, tanto na redação como no debate, contribuição autônoma e digna dos melhores encômios.

Afigura-se-nos havermos inaugurado assim uma era intei-

ramente nova para os nossos cursos, rompendo com o excesso de teoricismo, acrescentando a fundamentos meramente teóricos os elementos práticos de pesquisa autônoma e pessoal.

No mesmo período, interrompemos o nosso trabalho para o desempenho da missão cultural que V. Magnificência houve por bem cometer-nos junto às universidades alemãs, e que se estendeu por três meses, dando frutos que constituem objeto de pormenorizada exposição, contida em outro Relatório, que já tivemos ensejo de apresentar a V. Magnificência.

Desejamos, outrossim, lembrar ao Magnífico Reitor a iniciativa do Seminário de Recife, sob a responsabilidade do Prof. Heribaldo Dias da Costa, e cuja realização, para a qual temos cooperado estreitamente, assinalará, com o apoio que de certo receberá de V. Magnificência, um dos maiores acontecimentos culturais nos fastos de nossa Faculdade. Destina-se êle à pesquisa aqui, e na capital pernambucana, da obra da chamada Escola do Recife, cuja contribuição juridico-filosófica à renovação dos estudos do Direito em nossa Pátria foi inquestionavelmente fundamental e a que se liga o nome sempre excelso e insigne do nosso grande Clóvis Beviláqua. Os obstáculos materiais levantados à realização dêsse cometimento hão de ser naturalmente removidos com o apoio da Reitoria, por tratar-se de iniciativa que só lustre e boa fama acrescentará ao nome de nossa Universidade”.

NA CÁTEDRA DE ECONOMIA POLÍTICA

Nessa cátedra o seu titular, professor Magdaleno Girão Barroso, continuou a levar a efeito a parte prática do respectivo programa.

Essa parte prática consta de aulas práticas, relacionadas com os diversos pontos doutrinários do programa, dadas à vista de atividades de natureza econômica, que sejam capazes de proporcionar o estudo objetivo das leis da economia teórica e dos problemas da política econômica.

Para maior compreensão dessa iniciativa, realmente delicada, mas de notável eficiência no campo do ensino da ciência eco-

nômica, transcrevemos abaixo os pontos reservados à sua realização no respectivo programa:

VI (PARTE PRÁTICA)

- *Exame de uma empresa, como núcleo em que se entrosam elementos econômicos, jurídicos e sociais em geral, de organização (remissão aos pontos 1 a 7).*
- *Visita a instituições históricas e museus, em que seja possível contemplar e examinar elementos materiais da História econômica (remissão aos pontos 8 a 20).*
- *Estudo de uma fábrica, para surpreender na sua dinâmica as relações entre os diversos fatores da produção e a sua forma de organização produtiva (remissão aos pontos 23 a 26).*
Estudo de um mercado, uma casa comercial, uma bolsa de valores e uma casa bancária, para aquilatar do sistema circulatório (remissão aos pontos 27 a 33).
- *Exemplificação histórica e atual dos diversos regimes econômicos de repartição (remissão aos pontos 34 a 36).*
- *Inquéritos sociais e econômicos sobre a situação dos diversos parciários da riqueza em correlação com os seus ganhos (remissão aos pontos 37 a 42).*
- *Crítica aos trabalhos das Comissões de controle dos preços e da economia popular (remissão ao ponto 43).*
- *Estudo, em estabelecimentos públicos e privados, dos efeitos das crises econômicas e realização de inquéritos a respeito do assunto (remissão aos pontos da parte especial).*
- *Exame das instituições e da legislação brasileira, para surpreender o seu conteúdo econômico (remissão à V parte, sobre economia brasileira).*

Além dessas aulas práticas, o professor Magdaleno Girão Barroso, num curso de conferências promovido pelo "Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua", teve ocasião de proferir aula sobre o assunto de maior atualidade que se oferecia então, qual o relativo ao problema inflacionário em nosso País.

A imprensa, na página universitária dos "Diários Associados" de Fortaleza, assim resumiu essa aula:

"Por iniciativa do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, realizou-se, no dia 27 do corrente, na Faculdade de Direito, em caráter de atividade de extensão universitária, uma aula proferida pelo professor da cadeira de Economia Política, dr. Magdaleno Girão Barroso, sobre o palpitante e oportuno tema da crise econômica nacional.

O ato, presidido pelo Prof. Lauro Nogueira, contou com a presença de outros professores e de numerosos alunos de todas as séries do curso jurídico.

Depois de terem falado o presidente do Centro Acadêmico, Jáder de Figueiredo Correia, e o prof. Lauro Nogueira, o prof. Magdaleno Girão Barroso deu início à sua aula, aludindo em primeiro lugar à magnitude e oportunidade do assunto, no momento mesmo em que o Governo da República se vê a braços com o maior "deficit" orçamentário da República e procura na política financeira uma tábua de salvação para a crescente pressão inflacionária.

Entrando no assunto, aquele professor se referiu ao fato da desproporção entre o crescimento da economia norte-americana e da economia do Brasil, quiçá de todas as nações sul-americanas. No caso particular do nosso País, Viana Moog havia escrito o livro "Bandeirantes e Pioneiros", em que analisa todos os fatores que para isso teriam contribuído. Uma síntese que se visse a fazer de tão complexas e múltiplas determinantes mostraria afinal, levando em conta as lições do grande historiador Toynbee, a razão de ser dessa diferenciação: o processo histórico-cultural de evolução não fôra o mesmo para as duas civilizações. Enquanto a norte-americana obedecera aos impulsos dinâmicos e industrialistas da economia clássico-liberal, cujos ideais haviam sido transplantados através da migração intensa para o novo mundo, a brasileira e, de modo mais amplo, a sul-americana, subordinara-se ao sistema rígido, colonialista, comercialista, tendente mais a favorecer o enriquecimento das nações colonizadoras, do chamado mercantilismo. Daí a grande disparidade, explicada em função das características políticas e econômicas e até

mentais dos dois diversos processos histórico-culturais que se desenvolveram como duas correntes antinômicas desde a mais remota antiguidade e penetraram por portas também diferentes do novo continente.

Causas congênicas, portanto, haviam retardado o nosso desenvolvimento, reduzindo-nos, em pleno século XX, ainda a um País tachado de subdesenvolvido. Mercê das conotações cívicas e morais, como que depreciativas, acarretadas por essa denominação, o prof. Magdaleno declarou que particularmente a rejeitava para o Brasil, para que não nos confundissem com povos mais atrasados, preferindo outras expressões como, por exemplo, semi-desenvolvimento. País semidesenvolvido, menos desenvolvido ou em vias de desenvolvimento, era o que supunha sermos. Adiantou, entretanto, que ao aplicarem a expressão rejeitada, nenhuma intenção pejorativa tinham os economistas. Tratava-se de terminologia técnica, com sentido definido, concernente até a uma nova teoria desenvolvida na ciência econômica, a saber, a teoria do subdesenvolvimento.

Passou então a discorrer sobre essa teoria e suas correlações com o caso brasileiro, para, em seguida, adiantar que o problema congênito do nosso subdesenvolvimento vinha sendo agravado por uma crise econômica que alguns consideravam crônica e que, de qualquer modo, lembrando uma expressão de Maritain, chegara ao seu paroxismo.

Este era, então, representado, no momento, pela inflação que nos aflige, de que tantos falam, ao ponto de acentuá-la psicologicamente, mas cujas causas tão poucos apreendem. Passou a esta altura a falar sobre inflação, conceituando teoricamente o problema e afinal relacionando suas conclusões ao caso brasileiro. Mais do que puramente conjuntural e financeira, aceitou a opinião de que nossa inflação chegava a ser estrutural e econômica, daí a complexidade e multiplicidade de fatores que deviam ser estudados para caracterizar-lhe as causas e fixar-lhe a terapêutica.

Dai por diante a exposição do prof. Magdaleno abrangeu os diversos aspectos de nossa economia ligados à crise inflacionária, sobre cada um deles discorrendo s. s.^a com proficiência e acerto. Falou sobre a pressão inflacionária natural, decorrente da pró-

pria crise de crescimento, aludiu ao problema da procura e emprego de capitais, criticando a especulação e os abusos da expansão creditícia, tratou do problema de nosso desenvolvimento industrial, batendo-se por sua proporcionalização com o desenvolvimento da infra estrutura agrária, combateu o atual sistema ruinoso de investimentos, referiu-se às chamadas válvulas de estrangulamento dos nossos meios circulatórios, enfim, apontou as causas inflacionárias resultantes da manifesta desorganização, fraqueza e engurgitamento da nossa economia produtiva.

Depois de assim se referir aos fatores ligados aos problemas do nosso desenvolvimento, o professor Magdaleno se reportou à nossa política comercial externa e ao desequilíbrio do balanço de contas. Entrou por aí na questão da desvalorização externa e interna do cruzeiro, para por fim indicar como causa também do aviltamento de nossa moeda e do encarecimento dos preços a desorientação política governamental.

Nesse particular se referiu à nossa política intervencionista, aos "deficits" orçamentários, à aplicação dos empréstimos internos e externos, à desorganização administrativa e à agitação social e política, bem assim à nossa despreocupação de uma reforma de base, em favor simplesmente de remédios financeiros mais ou menos cabalísticos e aventureiros.

De notar que, ao correr de sua aula, o prof. Magdaleno teve ocasião de mostrar a necessidade de um combate franco e rijo à agiotagem infrene que reina no País, indicando até os remédios jurídicos a isso indispensáveis, mas o ponto alto de seu trabalho consistiu na crítica que fez aos métodos de intervenção do Estado brasileiro, os quais considerou responsáveis pelo caos que reina em nossa economia.

Ao concluir, sistematizou nas seguintes as questões que teve ocasião de debater: a) saneamento financeiro; b) equilíbrio de nossa balança comercial; c) desenvolvimento da produtividade agro-industrial e estabelecimento das indústrias de base; d) melhor estruturação político-jurídica do Estado e mais adequado regime de política econômica, traduzido num sistema de intervenção que leve em conta os problemas fundamentais da repartição social e da produção econômica da riqueza.

Sob o aspecto econômico, entendemos da aula do professor Girão que ele se bate pela solução, no Brasil, dessa grande incógnita, que consiste na compatibilização da expansão dinâmica de nossa economia com o simultâneo combate ao surto inflacionário. Isto é, desenvolvimento com desinflação. E sob o aspecto político-social, se mostra partidário de reformas de base, estruturais, que tenham por fim entrosar o princípio da intervenção do Estado na economia com o postulado de sua organização democrática".